



# Novos procedimentos para Constituição de Servidão e Desapropriação: Garantindo Segurança-Jurídica, Conformidade Regulatória e Eficiência Operacional

**Tema:** Linhas de Distribuição até 138 Kv aéreas e subterrâneas

**Autores:** Guilherme de Souza Campanha; Bruna Rocha Vieira Rangel

**Co-Autores:** Gesiane Mota da Silva

**Empresa:** CEMIG Distribuição S.A

---

## Resumo

O objetivo deste trabalho é demonstrar o cenário atual para as liberações fundiárias de faixas de servidão administrativa e desapropriação de áreas para empreendimentos de utilidade pública do setor elétrico, incluindo novas linhas, redes e subestações, em cenário de elevados investimentos no ciclo tarifário 2023-2027 da Cemig Distribuição. As alterações legislativas recentes, o surgimento de jurisprudências no sentido de não deferir as decisões liminares solicitadas pelas Distribuidoras, as alterações regulatórias advindas das resoluções normativas nº 919 e 1.000 da ANEEL tornaram mais complexas as atividades fundiárias para novos empreendimentos no setor, ao mesmo tempo em que surgiram oportunidades de redução de custos. O texto aborda as vantagens e as estratégias adotadas para promover a desjudicialização, priorizando a solução amigável de controvérsias entre Cemig e proprietários, bem como as melhorias alcançadas para garantir a execução das obras dentro dos prazos estipulados com redução substancial de custos. Serão detalhadas algumas das principais ações que resultaram em profunda modificação dos procedimentos e os resultados alcançados em temas como negociação, tratativas com possuidores, flexibilidade na utilização de métodos extrajudiciais, além da implantação do Contrato Administrativo para Constituição de Servidão / Desapropriação em substituição à Escritura Pública. Foi alcançada a adequação regulatória e legal no processo de desapropriação de imóveis e constituição de servidão administrativa, assegurando a continuidade e o sucesso dos projetos de energia elétrica por meio da redução de custos, prazos e riscos para a Distribuidora.

## 1. Introdução

A desapropriação de áreas e a constituição de servidão administrativa são procedimentos fundamentais para a expansão e modernização da infraestrutura do serviço público de distribuição de energia elétrica. A alteração da legislação aplicável ao tema, em especial o Decreto-Lei 3365/1941, resultou em importantes aprimoramentos oriundos das leis 14.273/2021 e 14.620/2023. No poder judiciário, a concessão de liminares em favor das distribuidoras passou recentemente a encontrar resistência em parte dos magistrados, que tem adotado o entendimento de que é exigível a avaliação judicial prévia para o deferimento da imissão provisória da posse do imóvel, fato este que tem impactado negativamente o cronograma dos

empreendimentos. No cenário regulatório, temos a publicação da resolução normativa número 919/2021 da ANEEL, que alterou os procedimentos para requerimento do Decreto de Utilidade Pública de áreas de terras necessárias a implantação de instalações geração ou de transporte de energia elétrica, por concessionárias, permissionários e autorizados, e revogou a resolução 740/2016. Também tivemos no período a publicação da resolução normativa número 1.000/2021, que trouxe novas obrigações para as distribuidoras no sentido de garantir a solução célere dos embargos fundiários, bem como garantiu aos clientes maior acesso aos serviços fundiários das concessionárias quando estes optarem pela construção dos empreendimentos. Neste cenário de profundas modificações, fez-se necessária a alteração dos procedimentos e condutas seguidos pela Cemig D nas negociações com os proprietários de imóveis afetados, assegurando a conformidade legal, regulatória e o atendimento às diretrizes internas da empresa. Considerando a complexidade das negociações, a necessidade de celeridade na liberação das áreas e o grande volume de investimentos a serem realizados no ciclo tarifário, a Cemig adotou verdadeira transformação para viabilizar a execução dos projetos de forma a garantir o cumprimento dos cronogramas de obras. O reforço da abordagem amigável para a solução de conflitos, por meio de negociações extrajudiciais, visa otimizar o processo, evitando judicializações e os ônus e riscos associados sempre que possível, permitindo a conclusão das obras dentro dos prazos estabelecidos. Além disso, a adaptação do processo de liberação fundiária às novas tendências de mercado e regras do setor são aspectos essenciais para garantir a melhora do relacionamento entre a concessionária e os proprietários, mediante maior transparência, empatia, e sempre alinhados aos interesses da empresa e aos direitos das partes envolvidas.

## 2. Desenvolvimento

Inicialmente vamos destacar o cenário externo, tanto legislativo, quanto jurisprudencial e regulatório, possibilitar maior entendimento sobre o diagnóstico do processo e as ações adotadas para alcance dos resultados pretendidos com este trabalho.

### 2.1 Alterações legislativas

As alterações legislativas foram importantes para possibilitar a atualização do Decreto Lei 3365/1941, que é a legislação de referência para desapropriações por utilidade pública, servindo também ao propósito de constituição de servidão administrativa, nos termos de seu artigo 40.

A lei 14.273/2021, conhecida como "Lei das Ferrovias", em seu artigo 68, trouxe importantes aprimoramentos aplicáveis ao setor elétrico. Além disso, o artigo 69 da citada legislação introduziu o artigo 176-A na lei 6.015/1973 - Lei dos Registros Públicos, que trouxe novas regras para o registro de desapropriações pelos cartórios de registro de imóveis, agilizando o processo de registro ao permitir a abertura de matrícula da área desapropriada sem a necessidade de apuração do remanescente. Uma importante inovação legislativa foi a possibilidade de permitir o registro de áreas não matriculadas originariamente.

A lei 14.620/2023, que dispõe sobre o programa Minha Casa Minha Vida, em seu artigo 21, fez profundas modificações no Decreto lei 3.365/1941 no sentido de modificar a desapropriação de bens entre integrantes do poder público, ampliar o leque dos autorizados a promover desapropriações, autorizar o ingresso do poder público aos imóveis imediatamente após a publicação do Decreto de Utilidade Pública para realização de estudos, dentre outras. O artigo 23 trouxe novas modificações na lei 6.015/1973, no sentido de dar maior clareza aos documentos admitidos para o registro pelas serventias extrajudiciais. Podemos citar em especial a possibilidade de registro dos *"contratos ou termos administrativos, assinados com os legitimados a que se refere o art. 3º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 (Lei da Desapropriação), no âmbito das desapropriações extrajudiciais."*

## 2.2 Alterações na jurisprudência

Além das alterações legislativas, houve também mudança no panorama dos deferimentos de liminares pelo poder judiciário.

O Decreto Lei 3.365 estabelece que, uma vez produzida toda a documentação técnica do empreendimento, composta principalmente do decreto de utilidade pública, plantas, memoriais, laudo de avaliação, dentre outras, o poder público deve formular proposta e negociar com cada proprietário impactado pelo empreendimento. Caso não ocorra acordo amigável ou não ocorra resposta a tempo por parte do proprietário, há a possibilidade de propor ação judicial específica e nela requerer a imissão provisória na posse, desde que cumpridos requisitos constantes na referida legislação. Havendo alegação de urgência e cumpridos os requisitos legais, o poder judiciário deve conceder liminar determinando a imissão provisória na posse, de forma que as concessionárias possam adentrar o imóvel e efetuar as obras necessárias.

Ocorre que parte dos tribunais tem entendimento diverso do disposto nessa lei, considerando que o depósito prévio de laudo de avaliação produzido unilateralmente pelos expropriantes não é suficiente e que deve ser realizada perícia judicial previamente ao deferimento da liminar, o que tem gerado substancial atraso à liberação de áreas para obras, visto que as perícias judiciais podem demorar meses ou, em casos extremos, anos para serem concluídas e permitirem a tomada de decisão pelos magistrados.

Esse entendimento chega a ser dominante em alguns estados. Especificamente em Minas Gerais, a interpretação majoritária é pelo deferimento das liminares sem a necessidade de perícia prévia, porém em algumas comarcas tem havido decisões no sentido de determinar a perícia prévia, o que impacta negativamente nos cronogramas dos empreendimentos das distribuidoras, visto que frequentemente acarretam em desmobilização de fornecedores, penalidades por atraso, insatisfação dos clientes ao terem o cronograma de obras suspensos, além do impacto para toda a sociedade em geral decorrente do maior prazo para energização das obras.

## 2.3 Alterações regulatórias

A resolução normativa 919/2021 estabeleceu novos procedimentos para requerimento do Decreto de Utilidade Pública de áreas de terras necessárias a implantação de instalações de geração ou de transporte de energia elétrica, por concessionárias, permissionários e autorizados, e revogou a resolução 740/2016.

Em seu artigo 10, inciso III, o órgão regulador estabelece que os beneficiários da DUP deverão realizar esforços máximos de negociação com os proprietários de terras, com o objetivo de promover a liberação amigável das áreas destinadas à implantação das instalações necessárias para a exploração dos serviços de energia elétrica. Essa diretriz visa minimizar a judicialização, favorecendo uma solução mais rápida e eficiente dos conflitos.

Adicionalmente, a publicação da resolução normativa nº 1.000/2021 trouxe novas obrigações para as distribuidoras, no sentido de garantir a solução célere dos embargos fundiários, bem como possibilitou aos clientes maior acesso aos serviços fundiários das concessionárias quando estes optarem pela construção dos empreendimentos.

O artigo 87 estabelece que *"a distribuidora deve obter as licenças, autorizações ou aprovações da autoridade competente, além de adotar providências necessárias para desapropriação ou instituição de servidão administrativa necessárias para execução das obras de sua responsabilidade"*.

Já o artigo 89 concede às concessionárias a possibilidade da suspensão do prazo de obras em caso de não obtenção da servidão de passagem, desde que a distribuidora adote as providências sob sua responsabilidade para a retomada das obras de forma célere.

O descumprimento das obrigações previstas na resolução pode sujeitar a distribuidora ao pagamento de compensações e/ou penalidades por descumprimento da resolução.

## 2.4 Investimentos da Cemig Distribuição no período 2023-2027

A Empresa anunciou o maior volume de investimentos da sua história para o ciclo 2023-2027, composto de diversos programas de modernização. Dentre os novos projetos, podemos citar alguns que dependem de desapropriação e constituição de servidão administrativa, tais como a construção de aproximadamente 3.500 Km de novas linhas de distribuição 138kV, a construção de 127 novas subestações, a substituição de linhas obsoletas por novas linhas mais modernas e confiáveis. Além disso a implantação do Programa Minas Trifásico, que propõe converter redes monofásicas em redes trifásicas, bem como construir novas saídas de alimentadores para as subestações a serem inauguradas, visando aumentar a oferta de energia em toda a área de concessão.

Neste sentido, a atuação fundiária é imprescindível por meio da liberação das áreas para viabilizar a execução das obras citadas dentro dos cronogramas previstos.

Nesse cenário de grandes alterações legais, regulatórias e anúncios de investimentos recordes, fez-se necessária profunda revisão da atuação da Empresa no que tange ao processo fundiário para superar os novos desafios.

## **2.5 Diagnóstico e desenvolvimento de melhorias no processo fundiário**

A partir do segundo semestre de 2022 iniciou-se a etapa de diagnóstico do processo fundiário para viabilizar as alterações objeto desse trabalho. Foram realizados estudos diversos e promovidos workshops com os clientes do processo fundiário, principalmente com as equipes de expansão de linhas e redes de distribuição. A seguir citamos os principais estudos realizados e respectivas conclusões e resultados.

Em estudo elaborado pela Gerência de Gestão de Imóveis, juntamente com a Gerência de Inovação Jurídica Corporativa da Cemig, constatou-se que nos processos judiciais em ações de constituição de servidão administrativa e desapropriações para construção de linhas e subestações demandados pela Cemig D, o procedimento mais comum é a determinação de perícia objetivando confrontar o laudo de avaliação elaborado e disponibilizado pela Cemig, de forma a se obter o valor justo de indenização a ser pago. Foi feito o levantamento de custos médios que a Cemig dispense para a propositura dessas ações, como o custo de distribuição da ação, acompanhamento, indicação de assistente técnico para o acompanhamento pericial, honorários periciais, obtenção de informações sobre as partes demandadas, taxas cartoriais, custas processuais, dentre outras. Este estudo resultou em valores médios de aproximadamente R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) dispendidos por ação proposta. Além do custo ser considerado elevado pelo fato de em muitos casos superar substancialmente o valor da indenização depositada em juízo e destinada aos proprietários, há riscos de não obtenção da decisão liminar em prazo adequado, suspensão, revogação de decisão proferida, além de perícias resultarem em valores vultosos de indenização.

Por outro lado, a propositura de ações geralmente resulta em grande insatisfação dos proprietários impactados, pois incorrem em custos adicionais para sua defesa, dificuldade em acessar os valores depositados em juízo e morosidade dos processos. Essa insatisfação muitas vezes é causa de atritos no relacionamento com os proprietários. São numerosos os exemplos de atos praticados por proprietários insatisfeitos, no sentido de criar obstáculos à atuação das concessionárias, utilizando-se de meios como impedimento ou criação de dificuldades de acesso ou trânsito de veículos por partes da propriedade, ameaças, vandalismo, que muitas vezes resultam em atrasos para a implantação dos empreendimentos devido a necessidade de acionamento de força policial ou novas medidas judiciais.

Há de se ressaltar a situação imobiliária de muitas propriedades, com numerosos coproprietários devido a situações como a desatualização do registro imobiliário por falta de realização de inventários, registros de aquisição, formalização de desmembramentos, o que resulta na impossibilidade prática de levantamento dos valores depositados pela concessionária nos processos judiciais, resultando em muitos casos onde os proprietários se desinteressam por levantar esses valores devido aos custos e burocracia envolvidos.

Desta forma, ficou evidenciado que a Empresa deveria envidar maiores esforços na conclusão de negociações pela via amigável, evitando a judicialização sempre que necessário, uma vez que até meados de 2021

a Cemig obtinha aproximadamente 20% de acordos amigáveis. Para alcançar o aumento do percentual de negociações amigáveis, foram adotadas as seguintes ações:

- Aprovação junto a Diretoria Executiva de proposta que viabilizou a flexibilização de valores pagos a proprietários a título de indenização, visando utilizar parte dos ganhos que seriam obtidos com a desjudicialização;
- Aprovação junto a Diretoria Executiva de proposta que viabilizou a celebração de acordos amigáveis com possuidores, desde que comprovada posse mansa e pacífica, além de outros critérios. Normalmente tratam-se de herdeiros ou de possuidores que adquiriram as propriedades por meio de contrato de compra e venda com pendência de registro junto ao cartório de registro de imóveis;
- Estabelecimento de bônus nos novos contratos de fornecedores para cada acordo concluído amigavelmente, de forma a estimular e reconhecer os máximos esforços de negociação.

Em outro estudo, constatamos que a celebração de acordos por meio de escrituras públicas onerava consideravelmente o processo com custos cartoriais e acarretava em atrasos na assinatura e consequentemente no pagamento aos proprietários, o que resultava em insatisfação e morosidade, muitas vezes por fatores alheios a vontade da empresa, como por exemplo o tempo de confecção e obtenção de documentos para lavratura do instrumento público. Analisando criteriosamente a legislação e suas atualizações recentes, principalmente a introduzida pela lei 14.620/2023, foi identificada a oportunidade de celebrar acordos por meio de termo de contrato administrativo, que é documento hábil para registro junto aos cartórios de registro de imóveis.

Nessa esteira, a Cemig decidiu adotar o termo de contrato administrativo como alternativa para a constituição de servidão e desapropriação de imóveis necessários à execução de suas obras, com o objetivo de realizar a indenização aos proprietários e garantir a possibilidade de registro em cartório, assegurando a segurança jurídica esperada pela Companhia. Essa abordagem é fundamentada pelas alterações promovidas pela Lei 14.620/2023 (Lei Minha Casa Minha Vida), que modificou o Decreto-Lei 3365/1941, permitindo que os contratos administrativos sejam passíveis de registro.

Paralelamente, a Cemig tem atuado junto ao Colégio Registral Mineiro e à corregedoria do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, responsável pelo Código de Normas Mineiro, com o intuito de confirmar a aplicação do contrato administrativo para a formalização das servidões. Foram obtidos resultados expressivos de redução de custos e prazos na celebração de acordos amigáveis.

Embora as ações citadas não sejam isentas de riscos empresariais, entendemos que os benefícios superam consideravelmente esses riscos, que foram devidamente mensurados e mitigados dentro das possibilidades, de forma que a relação risco x retorno mostrou-se favorável à Distribuidora.

Além das ações anteriormente descritas, foram realizados 4 workshops no primeiro semestre de 2023, a saber:

- Um workshop realizado com a área de Expansão da Alta Tensão da Distribuição;
- Um workshop realizado com a área de Expansão de Média e Baixa tensão da Distribuição,
- Um workshop com cada fornecedor contratado. À época tínhamos dois fornecedores.

Todos os workshops contaram com participação da alta liderança, da equipe fundiária, de representantes regionais das áreas clientes, das equipes de projeto, de construção, do jurídico, da área de relacionamento institucional e da Engenharia da Distribuição, além de representantes dos fornecedores envolvidos em cada processo. Esses eventos foram realizados fora das dependências da Empresa, de forma a garantir a concentração e o foco dos participantes nos assuntos tratados, evitando a dispersão para tratamento de assuntos do dia a dia. A coordenação dos workshops ficou a cargo da equipe fundiária.



A estrutura dos eventos foi realizada de forma a possibilitar que no turno da manhã cada área apresentasse o seu processo, para que no segundo turno todos os participantes estivessem cientes de todas as etapas e pudessem se sentir estimulados a contribuir com sugestões para melhoria de todos os processos apresentados. No segundo período foi realizado um *Work Out*. Esse conceito, que deriva do inglês, significa “resolver”, “realizar” ou “planejar”.

O *work out* acontece da seguinte forma: grandes grupos de funcionários e líderes, de diferentes níveis e funções dentro da empresa, se reúnem para abordar questões e preocupações identificadas por eles ou pela gerência. Divididos em pequenas equipes, as pessoas pensam de modo a quebrar paradigmas sobre “a maneira como sempre fizemos as coisas” e recomendam melhorias disruptivas nos processos. Este sistema viabiliza mais rapidez nas decisões e amplia a qualidade. Os participantes são encorajados a se perguntarem: “Que parte do negócio está lenta?”, “Quais são os obstáculos no nosso modo de fazer negócios?” Então, são motivados a remover as barreiras e agir com mais rapidez.

Os eventos tiveram excelente adesão dos participantes, resultando em um total de 149 ações a serem desenvolvidas por todos os designados, por setores distintos da Cemig como fundiário, comunicação, engenharia de traçado, construção, comercial, além de ações de responsabilidade dos fornecedores contratados. Foram realizadas reuniões quinzenais com os responsáveis pelas ações para acompanhar e garantir a efetiva realização. O sucesso na implantação das ações motivou nova rodada de workshops em 2024.

Para medir a efetividade de todas as ações adotadas, foram estabelecidos dois indicadores do processo, um deles referente ao número de propriedades liberadas por período de tempo e outro referente à qualidade das liberações, de forma a medir os empreendimentos integralmente liberados no prazo adequado.

Por fim, foram estabelecidas reuniões gerenciais semanais de acompanhamento dos resultados, uma com a equipe de obras da alta tensão da distribuição e outra com a equipe de obras de média e baixa tensão. Nessas reuniões há participação de lideranças e o objetivo é verificar os resultados do período, a projeção futura, além de deliberar sobre casos especiais. Além disso, são realizadas reuniões com as equipes regionais que antecedem as reuniões gerenciais, para tratamento da rotina operacional e acompanhamento regionalizado.

## **2.6 Resultados alcançados**

As alterações proporcionaram consideráveis melhorias no processo, sendo demonstradas conforme abaixo:

1. **Aumento dos acordos amigáveis:** o percentual de negociações finalizadas amigavelmente saltou de aproximadamente 20% em 2021 para 49% em 2022, 66% em 2023 e 80% em 2024, favorecendo a solução rápida e eficiente.
2. **Redução no tempo médio de liberação das propriedades:** aproximadamente 60 dias, o que contribui diretamente para a execução das obras dentro do cronograma estabelecido;
3. **Economia com Escritura Pública:** a Cemig evitou custo estimado em R\$ 9,5 milhões em 2023 e 2024 ao não precisar formalizar a servidão por meio de escritura pública;
4. **Agilidade no Pagamento de Indenizações:** o prazo médio de pagamento das indenizações reduziu de 81 para 22 dias;
5. **Aumento de produtividade:** o número de propriedades liberadas aumentou de 1.710 em 2022 para 2.186 em 2023. Em 2024, até 06/12/2024 temos 3.486 propriedades liberadas, e a projeção para o ano é de 3.589 áreas, totalizando aumento de 109% em 2024 em relação a 2022.

Dessa forma, o processo conseguiu performar de forma a alcançar os objetivos planejados para o ciclo tarifário 2023-2027 da Cemig Distribuição propostos até dezembro de 2024.

### 3. Conclusão

As ações adotadas mostraram-se eficientes e eficazes para o alcance da proposta de adequação do processo de liberação fundiária aos novos desafios identificados e tendo em vista a necessidade de aumento de produtividade para alcançar as metas de investimentos deliberados pela Cemig Distribuição no ciclo tarifário 2023-2027.

O incremento dos valores de indenização e a celebração de acordos com possuidores vieram a equilibrar os custos de indenização com a necessidade de alcançar a desjudicialização do processo, evitando gastos excessivos com ações judiciais e acelerando a execução dos projetos da Cemig. Essa medida se mostrou vantajosa tanto para a Distribuidora quanto para os proprietários das terras, principalmente aqueles menos favorecidos, muitas vezes localizados em regiões de menor desenvolvimento econômico da área de concessão, que em muitos casos não possuem recursos para regularizar a documentação imobiliária e consequentemente viabilizar o recebimento dos valores devidos.

A evolução das liberações amigáveis nas negociações refletem os avanços significativos na abordagem de resolução extrajudicial de conflitos. Para 2024, a Cemig estabeleceu meta de 75%, consolidando o compromisso com a melhoria contínua dos processos de negociação. Ao final de 2024, apurou-se que 80% das negociações foram realizadas de forma amigável.

Esse crescimento nos acordos amigáveis não só aprimora a eficiência e reduz custos, mas também reforça o compromisso da Cemig com a desjudicialização e com a execução eficiente de seus projetos, beneficiando a empresa, os proprietários envolvidos e a sociedade em geral, o que reflete diretamente na percepção da população em relação a atuação e imagem da distribuidora.

A empresa segue comprometida com a melhoria contínua dos seus processos, estabelecendo metas ambiciosas para o futuro e promovendo uma gestão mais eficiente e alinhada às demandas do mercado e da sociedade.

### 4. Referências bibliográficas

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941. Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.  
BRASIL. Lei 14.273 de 23 de dezembro de 2021. Estabelece a Lei das Ferrovias; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e as Leis nºs 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.636, de 15 de maio de 1998, 10.233, de 5 de junho de 2001, 10.257, de 10 de julho de 2001, 10.636, de 30 de dezembro de 2002, 12.815, de 5 de junho de 2013, 12.379, de 6 de janeiro de 2011, e 13.448, de 5 de junho de 2017; e revoga a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973.

BRASIL. Lei 14.620 de 13 de julho de 2023. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 (Lei da Desapropriação), a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei dos Registros Públicos), a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 (Lei do FGTS), a Lei nº 8.677, de 13 de julho de 1993, a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, a Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, a Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), a Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), a Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, a Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e

Contratos Administrativos), a Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, e a Lei nº 14.382, de 27 de junho de 2022, e revoga dispositivos da Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021.

BRASIL. Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973. Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências.

ANEEL. (2021). Resolução normativa nº 919, de 23 de fevereiro de 2021. Estabelece os procedimentos gerais para requerimento de Declaração de Utilidade Pública - DUP, de áreas de terra necessárias à implantação de instalações de geração e de Transporte de Energia Elétrica, por concessionários, permissionários e autorizados, e revoga a Resolução Normativa nº 740, de 11 de outubro de 2016. Agência Nacional de Energia Elétrica, Brasília.

ANEEL. (2021). Resolução normativa nº 1.000, de 7 de dezembro de 2021. Estabelece as Regras de Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica; revoga as Resoluções Normativas ANEEL nº 414, de 9 de setembro de 2010; nº 470, de 13 de dezembro de 2011; nº 901, de 8 de dezembro de 2020 e dá outras providências. Agência Nacional de Energia Elétrica, Brasília.

PROVIMENTO CONJUNTO N.93/2020/CGJ-MG, de 23 de junho de 2020. Institui o Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, que regulamenta os procedimentos e complementa os atos legislativos e normativos referentes aos serviços notariais e de registro do Estado de Minas Gerais.

SHAPIRO, Abraham. Work Out como ferramenta de gestão. Isso aí. 2012. Disponível em: Work Out como ferramenta de gestão - ISSOaí - Design, Marketing Digital & Produção de Conteúdo. Acesso em: 06/12/2024.